

Artigo

FORMAÇÃO DIALÓGICA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM JOVENS

Cristiane Sander¹

DOI: 10.29327/2336496.8.2-6

Resumo: O presente artigo é um convite para refletir sobre a contribuição da extensão universitária com jovens enquanto um espaço privilegiado para uma formação dialógica, participativa e democrática. A reflexão parte da experiência de dois projetos de extensão universitária, ambos vinculados ao curso de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Para tanto, utiliza-se de pesquisa bibliográfica e documental. Tem por referência, na análise, as obras de Paulo Freire e Pierre Bourdieu, demonstrando a importância de espaços de diálogo e participação mediante a extensão universitária com jovens, pois proporciona uma formação dialógica e fortalece o *habitus* participativo e democrático.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Paulo Freire; Formação Dialógica; Jovens.

LA CAPACITACIÓN DIALÓGICA EN LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA CON LOS JÓVENES

Resumen: El presente artículo es una invitación para reflexionar sobre la contribución de la extensión universitaria con los jóvenes como un espacio privilegiado para la capacitación dialógica, participativa y democrática. La reflexión parte de la experiencia, de dos proyectos de extensión universitaria, ambos vinculados al curso de Servicio Social de la Universidad Federal de integración Latinoamericana – UNILA. Por lo tanto, se utiliza la investigación bibliográfica y documental. Tiene como referencia el análisis de las obras de Paulo Freire y Pierre Bourdieu, demostrando la importancia de los espacios de diálogo y participación a través de la extensión universitaria con los jóvenes, ya que proporciona capacitación dialógica y fortalece el *habitus* participativo y democrático.

Palabras clave: Extensión Universitaria; Paulo Freire; Capacitación Dialógica; Jóvenes.

DIALOGICAL TRAINING IN UNIVERSITY EXTENSION WITH YOUNG PEOPLE

Abstract: This article is an invitation to reflect on the contribution of university extension with young people as a privileged space for a dialogical, participatory and democratic training. The reflection starts from the experience of two university extension projects, both linked to the Social Work Course of the Federal University of Latin American Integration – UNILA. Thus, bibliographical and documentary research is used. It has as reference in the analysis the works of Paulo Freire and Pierre Bourdieu, demonstrating the importance of spaces of Dialogue and participation through university extension with young people, as it provides dialogical training and strengthens the participatory and democratic *habitus*.

Keywords: University Extension; Paulo Freire; Dialogical Training; Young People.

¹Doutora em Serviço Social pela Universidade de Kassel/Alemanha. Professora do Curso de Serviço Social (Graduação) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) do Instituto Latino-Americano Economia, Sociedade e Política (ILAESP) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6589-586X> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9439943994481992>

Introdução

Este artigo é um convite para refletir sobre a contribuição da extensão universitária com jovens enquanto um espaço privilegiado para uma formação dialógica, fortalecendo o *habitus* participativo e democrático juvenil, bem como a qualificação diferenciada de futuros profissionais. A reflexão parte da experiência de dois projetos de extensão universitária, ambos vinculados ao curso de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. O primeiro projeto “Juventudes e Direitos - A voz da Juventude” acontece em parceria com a “Nossa Rádio” – Web-Rádio do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu (CDHMP-FI) – e conta com um programa de rádio denominado “A Voz da Juventude”. O segundo projeto “Juventudes e Direitos” é uma parceria com o Centro da Juventude Jardim Naipi (CEJU), também na cidade de Foz do Iguaçu/PR, e se concretiza por meio de Oficinas de Formação a partir e em torno dos direitos dos jovens previstos no Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013). Ambos possibilitam reflexões, aprendizados e articulações políticas com as juventudes, tendo por base os princípios norteadores do Estatuto da Juventude, tanto com os jovens universitários e em processo de formação profissional quanto com os demais jovens participantes dos projetos. Assim, procurou-se incentivar intencionalmente a participação social e a promoção da autonomia juvenil, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos, nos moldes em que preconiza o Estatuto da Juventude. Esse reconhecimento também foi se confirmando na medida em que fomos oportunizando, valorizando e realizando diálogos entre diferentes protagonistas juvenis e debatendo temas diversos pertinentes às e de interesse das juventudes. Ao que nos parece, a própria dinâmica desses dois projetos tem se mostrado um espaço/modo de formação dialógica que contribui significativamente para uma formação cidadã e profissional.

Dessa forma, neste artigo buscaremos trazer alguns elementos sobre a nossa compreensão da extensão universitária, pautada especialmente pela teoria de Paulo Freire, enquanto um espaço privilegiado para vivenciar e experimentar a participação, no caso da extensão com jovens, como um espaço formativo e pedagógico. Compreendemos a participação, tendo como referência especial a perspectiva pedagógica e libertária de Paulo Freire, enquanto um processo formativo dialógico e defendemos que é ‘participando que se aprende a participar’. Além disso, amparados de modo especial na teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu, defendemos que esses processos formativos contribuem para a incorporação de

uma postura dialógica, democrática e participativa, a qual, além de se tornar uma qualidade profissional diferenciada, acompanhará esses jovens enquanto cidadãos e cidadãs nos seus mais diferentes espaços de inserção e atuação social. Para tanto, nos utilizamos de pesquisa bibliográfica e documental. Iniciemos pela Extensão Universitária como espaço de formação.

1. Extensão Universitária – espaço de formação

A extensão universitária é uma característica própria das universidades brasileiras, que vem se transformando conceitualmente e na prática com o passar dos anos. Inicialmente, a extensão tinha por característica a realização de cursos, conferências e/ou prestação de serviços não vinculados ao ensino e à pesquisa, nos quais a comunidade, geralmente, era apenas receptora do saber, não havendo, assim, uma troca de saberes.

Segundo Nogueira (2001), na década de 1960 estudantes passam a desenvolver ações concretas junto a espaços e populações não estritamente acadêmicas como um compromisso com as classes populares, no sentido de mostrar e debater seus direitos, de forma não assistencialista. No entanto, essa perspectiva foi reprimida no período da Ditadura Militar. Mesmo assim, essa nova concepção de extensão, comprometida com as classes populares e pautada pela relação entre extensão, pesquisa e ensino, começa a se configurar como a primeira Política de Extensão Universitária do Brasil, em 1975, de modo que, além de ser uma contribuição da Universidade com a sociedade, a extensão passa a ser compreendida também como espaço formativo, tanto dos acadêmicos envolvidos quanto das pessoas da comunidade.

A partir da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, essa compreensão avançou e se aprofundou ainda mais, de modo que ocorreram uma série de encontros, debates e publicações em torno do tema da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Segundo Souza e Pereira,

a prática vem mostrando que, para se fazer extensão, é necessário pesquisa, e que durante o desenvolvimento da atividade extensionista é desencadeado o processo de ensino, o que garante a indissociabilidade e, conseqüentemente, uma formação mais humanística e integradora para os interlocutores nela envolvida” (2015, p. 79).

Ou seja, fica cada vez mais evidente que, nessas ações, se desencadeiam processos formativos humanos e profissionais que só se viabilizam pela inserção da extensão enquanto constituinte dos mesmos. Além disso, tais ações colocam as universidades diretamente em contato com questões e problemas emergentes na sociedade, além de saberes e tecnologias populares e tradicionais. Essa perspectiva, muitas vezes, foi se referenciando em Paulo Freire

(1983), que, já em seu texto escrito no exílio no Chile intitulado “*Extensão ou Comunicação?*”, advertia para a necessidade de uma compreensão da extensão como uma prática comunicativa “entre os sujeitos que compartilham pensamento, linguagem e o contexto vivido” (Graciani, 2010, p. 222), na qual todos os atores sociais ensinam e aprendem mediante ações conscientes, interferindo criticamente na transformação do mundo.

O FORPROEX publicou, em 2012, a Política Nacional de Extensão Universitária, na qual é apresentado um conceito de Extensão Universitária cujo caráter formativo da extensão passa a ser explicitamente expresso: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28). Tal perspectiva se expressa também na formulação da Política de Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA/CONSUN, 2021) em seu Art. 2º:

A Extensão baseia-se na construção de saberes para a solução de problemas e no diálogo entre a Universidade e as Políticas Públicas, no cumprimento de sua função social, buscando a efetivação de direitos sociais e da plena cidadania, de forma articulada ao combate às discriminações, preconceitos e desigualdades, e em acordo com as políticas de ações afirmativas e de inclusão social.

Portanto, constituindo-se como processo educativo, cultural, científico e político que, articulado de modo indissociável com o ensino e a pesquisa, viabiliza e media a relação dialógica entre a Universidade e a Sociedade (UNILA/COSUEN, 2021). Podemos afirmar, portanto, que a extensão se consolidou enquanto elemento constituinte da própria concepção formativa da Universidade.

Assim, pode-se afirmar que a perspectiva da extensão universitária amadurecida e expressa, tanto na Política Nacional de Extensão Universitária quanto na Política de Extensão da UNILA, vem ao encontro da pedagogia defendida por Freire (1983, 1987, 1996), que busca uma educação humanizadora e libertadora, para além de uma educação bancária que é voltada exclusivamente para a formação técnica e em que os educandos são tomados como ‘depósitos’ passivos de conhecimento. Segundo o autor, para que uma educação libertadora aconteça, o conhecimento deve ser dialógico, sem espaço para invasões e manipulações, pois estas seriam ações incabíveis quando se busca compreender as relações homem-mundo e a transformação constante da realidade, de modo a levar a sério os educandos como sujeitos de conhecimento. Portanto, “ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (Freire, 1983, p. 28). De

modo que o desafio, na extensão, é “construirmos novos saberes a partir da situação dialógica que provoca a interação e a partilha de mundos diferentes, mas que comungam do sonho e da esperança de juntos construirmos nosso *ser mais*” (Zitkoski, 2010, p. 118).

Ademais, para Freire, a relação dialógica é, necessariamente, “aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve” (1996, p. 44). A partir disso, compreendemos que na condição de relação dialógica, a extensão universitária diz respeito à promoção de oportunidades de interação entre Universidade e comunidade, possibilitando a troca de saberes e a mútua aprendizagem com os movimentos sociais ou diferentes setores da sociedade, por meio do diálogo, pois através dele se problematiza o conhecimento e se torna possível compreender, explicar e transformar a realidade. Nessa relação, o diálogo equivale à “problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (Freire, 1983, p. 34).

Portanto, a extensão, além de ser essencial na formação cidadã e profissional dos educandos, também tende a desencadear processos de qualificação dos próprios educadores, uma vez que proporciona conhecimentos capazes de desencadear um processo dialético onde a teoria desafia a prática e vice-versa, de modo a favorecer a interdisciplinaridade e uma visão mais ampla e integrada da realidade social. Até aqui esperamos ter deixado claro que a teoria e as reflexões pedagógicas de Paulo Freire foram e ainda são uma referência fundamental para a compreensão, qualificação e realização da extensão universitária enquanto processo formativo dialógico e libertário, tanto na esfera profissional quanto cidadã.

1.1 Projetos de Extensão Juventudes e Direitos – locus da formação

As atividades dos Projetos de Extensão iniciaram em 2020, através do Projeto “Juventudes e Direitos na Tríplice Fronteira”, no qual foi criado o Programa de Rádio “A voz da Juventude”, em parceria com a WebRádio “Nossa Rádio” do CDHMP-FI. Seu objetivo era informar, divulgar e debater com jovens, pesquisadores e ativistas de direitos humanos sobre direitos e demandas das juventudes, a partir das condições de vida dos jovens, especialmente em relação aos aspectos educação, trabalho, saúde, pobreza e violência. Mas também objetivava debater as formas existentes de organização dos jovens e discutir políticas públicas de juventude. Em 2021, simultaneamente, iniciou o segundo Projeto de Extensão “Juventudes e Direitos”, em parceria com o Centro da Juventude Jardim Naipi (CEJU), tendo por objetivo

desenvolver Oficinas com os jovens, em um ambiente de formação, diálogo e conexões, através de temáticas transversais aos seus direitos e demandas, tendo por referência o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013).

Utilizando-se de metodologias da educação e comunicação popular fortemente orientadas pela perspectiva freireana, os projetos procuram oportunizar o protagonismo e a participação ativa tanto dos jovens acadêmicos quanto daqueles jovens oriundos das comunidades e que participam dos projetos. Ambas as experiências têm qualificado a formação e o desenvolvimento dos participantes, sejam eles estudantes da UNILA vinculados ao Projeto de Extensão ou jovens que participam das oficinas no CEJU ou nas edições do programa “A Voz da Juventude”. Essa qualificação pode ser verificada na sua capacidade de compreensão de dilemas, contradições, tensões e disputas inscritas na construção das políticas de juventude e sua transversalidade com outras políticas e a garantia de direitos. Por meio dessas iniciativas, já foram proporcionados espaços de criação, debate, organização e participação direta dos jovens vinculados ao projeto em fóruns, plenárias, Conferências Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, da Juventude e da Assistência Social, mediante a formulação, apresentação e defesa de propostas.

Ambos os projetos são coordenados pela mesma docente e, por isso, a gestão e a organização deles acontecem em reuniões integradas. Portanto, as atividades dos projetos ocorrem de forma conjunta e coletiva. Primando pelo respeito à autonomia e à corresponsabilidade, as equipes dos projetos fazem uma gestão compartilhada, colaborativa e democrática de forma horizontalizada, de modo a se constituir um espaço de formação intencionalmente dialógico e participativo. Conforme descrito no relato de experiência dos bolsistas, “os projetos foram conduzidos por uma equipe colaborativa e horizontal majoritariamente jovem que desempenhou um papel fundamental nas tomadas de decisões e no planejamento de todas as atividades” (Colaço; Araides; Sander, 2023, p. 1-2).

“A Voz da Juventude”, por exemplo, conta hoje com 25 edições produzidas com a participação ativa dos jovens em todos os momentos desde a definição do tema, o planejamento e a execução. Foram realizados debates com e entre jovens estudantes, pesquisadores, ativistas, entre outros, sobre temas diversos que transversalizam e dialogam com e sobre os direitos, problemas, demandas e formas de organização dos jovens, abrindo, divulgando e fortalecendo um canal de informação e formação, no intento de quebrar os preconceitos diversos que incidem sobre as juventudes. Ou seja, tanto formação teórica

quanto prática acontecem de modo intencional e planejado durante o processo. Entre os temas debatidos, estão: Educação e Pandemia; Juventudes Migrantes; Juventudes Indígenas; Juventudes e Participação Política; Marcha Mundial do Dia das Mulheres; Juventudes LGBTQUIA+; Juventudes Femininas e Pobreza Menstrual; Juventudes do MST; Juventudes e Coletivos Juvenis na Tríplice Fronteira; Juventude e Trabalho². Nas reuniões semanais da equipe, além da definição/escolha de temas, são realizadas leituras e debates prévios sobre a temática escolhida, bem como o planejamento e a organização conjunta dos programas de rádio. Assim, no início do projeto 2020/21 foi definido um formato dos programas, uma proposta de roteiro e uma ficha técnica para cada edição. Também de forma coletiva foi definido o nome do programa “A Voz da Juventude” e criada a logomarca para identificação e divulgação. De certa forma, além de se constituir num processo formativo tanto profissional quanto cidadão, desenvolvendo diversas habilidades democráticas por meio dos próprios processos dialógicos colocados em andamento, também se produzem materiais que enriquecem, ampliam e qualificam os debates sobre o tema na Universidade e na sociedade.

Já o Projeto “Juventudes e Direitos”, que desenvolve as oficinas com jovens no CEJU, tem possibilitado a construção de ambientes formativos e dialógicos entre a Universidade e a comunidade, especialmente com os jovens usuários da Política de Assistência Social, adscrita ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, uma vez que o CEJU está vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social de Foz do Iguaçu-PR. No CEJU, o projeto tem atuado mais especificamente junto aos adolescentes e jovens vinculados ao projeto “Agentes da Cidadania”³. A escolha em desenvolver o Projeto de Extensão com jovens do Centro da Juventude se deu pelo fato de que em Foz do Iguaçu/PR esse é o único local público específico para os jovens, apesar de estar vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social e não à Secretaria Municipal do Trabalho, Juventude e Capacitação. A escolha também se deu considerando que o Projeto Técnico Social dos Centros da Juventude do Estado do Paraná (2024) foi construído no intuito de ser um espaço destinado ao desenvolvimento integral dos jovens nos Municípios. Isso leva à compreensão de que o CEJU está projetado

²Os programas estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/@juventudesdireitos> Já serviram e estão servindo como referências e fontes de pesquisas de diversos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e dissertações. Além de servirem também de material pedagógico para subsidiar aulas e debates diversos.

³ “Agentes da Cidadania” é um projeto do Governo do Estado do Paraná, voltado para adolescentes e jovens na faixa etária entre 12 e 24 anos, que objetiva incentivar o “protagonismo juvenil”, com o potencial de tornar a vivência de adolescentes e jovens mais frutífera tanto para si mesmos como para a sociedade em geral. Sendo protagonistas, os adolescentes e jovens têm a oportunidade de construir sua identidade de maneira positiva, a partir do pertencimento à comunidade e da participação social. (Camargo, 2022)

para ser um espaço no qual os jovens possam decidir, serem agentes e protagonistas nas ações, programas e projetos ali desenvolvidos e, por essa razão, representa um espaço com afinidade e abertura para o referido Projeto de Extensão. Podemos afirmar, inclusive, que as oficinas realizadas com os jovens que frequentam o CEJU têm trazido resultados positivos como a participação efetiva em espaços de discussão de políticas de juventude no município.

Como afirmado no relato de experiência, as atividades do projeto

[...] resultaram na promoção do desenvolvimento de uma consciência cidadã e crítica por parte dos membros do projeto e participantes das oficinas, com diálogos fundamentados nos princípios democráticos, possibilitando um maior engajamento com questões interdisciplinares relacionadas às juventudes e na participação efetiva dos participantes nas Conferências Municipais da Assistência Social e dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Colaço; Araides; Sander, 2023, p. 02).

Além disso, os projetos passaram a atingir jovens para além do público diretamente envolvido através da visibilidade e intervenções em outros espaços públicos. Nesse sentido, e visando maior divulgação e alcance entre os jovens, nos anos 2022 e 2023 a equipe do projeto se dedicou a criar, de forma coletiva, a marca mestre para os projetos e para os canais de comunicação e divulgação próprios do projeto nas redes sociais: Instagram (Juventudes e Direitos, 2024-c), Facebook (Juventudes e Direitos, 2024-b) e canal no YouTube (Juventudes e Direitos, 2024-a). Nestes são divulgadas as produções e as atividades, bem como os programas e as oficinas, ampliando, portanto, a abrangência e o envolvimento de jovens na proposta.

Além desses canais, os programas de rádio também estão disponíveis no site do CDHMP/FI e entram na programação da Web-Rádio na medida em que eram produzidos, permanecendo na grade de programação regular em torno de um mês. Assim, reforçavam o acesso às informações sobre a garantia de direitos, uma vez que, nos programas, o debate girava, em alguma medida, sobre essa temática. Também se tornaram uma forma de os jovens acessarem o direito à comunicação, liberdade de expressão, informação e participação, pois os programas foram concebidos e desenvolvidos pelos próprios jovens. Por isso, o projeto se tornou uma ferramenta de acesso ao Direito à Comunicação Social e à Liberdade de Expressão Juvenil, capacitando-os, inclusive, tecnicamente, para tal, conforme previsto nos Art. 26 e 27 do Estatuto da Juventude (Colaço; Araides; Sander, 2023)

Para a criação de cada edição do programa “A Voz da Juventude”, a equipe fazia levantamento de possíveis temas e, a partir destes, eram definidos os jovens responsáveis pelo estudo e pesquisa respectivos e, posteriormente, efetuavam a sugestão de possíveis convidados e o roteiro do programa, bem como a sua devida gravação e edição técnica.

A produção de conteúdo passa por processos que vão desde a realização dos convites aos jovens, elaboração de roteiro, que é indissociável da pesquisa bibliográfica e/ou documental, a gravação e edição do programa, finalizando o processo com a divulgação nas mídias sociais (COLAÇO; ARAIDES, SANDER, 2023, p. 1-2).

Já as Oficinas do Projeto junto ao CEJU passaram por dinâmicas diferentes, que tinham muita relação com o perfil do(a) bolsista vinculado ao projeto e dos jovens que as frequentavam. Assim, na primeira edição do projeto (2021/22) a metodologia escolhida e utilizada se deu a partir dos preceitos da educação popular de Paulo Freire (1987), de acordo com o conhecimento e a realidade dos jovens, favorecendo uma educação feita com os jovens, a qual é compreendida também como política e ética, no intuito de promover novas relações sociais, além da produção partilhada do conhecimento e da comunicação popular e educomunicação⁴. Também foram feitas rodas de conversa, acompanhadas da exibição de filmes e curtas metragens, obras documentais e de ficção que tivessem relação com os direitos e favorecessem o diálogo com e entre os jovens. Assim, por exemplo, foram feitos debates a partir de temas que se aproximam das categorias conceituais de classe, raça e gênero, uma vez que se constatou que estes são estruturantes e reforçam as desigualdades sociais presentes na sociedade e nos contextos familiares dos jovens inseridos no projeto. Mediante essa metodologia formativa, buscou-se fomentar intencionalmente o diálogo entre os jovens, ao exercitarem o seu protagonismo a partir da socialização de suas experiências e histórias de vida (Sander; Camargo, 2022), o que despertou muito o interesse e a participação.

A partir da segunda edição do projeto, se desenvolveram as atividades nas oficinas temáticas, focadas, de forma mais incisiva, nos 11 direitos previstos no Estatuto da Juventude⁵, levando os jovens e adolescentes a conhecerem e terem maior clareza sobre seus direitos. Também foram definidos e realizados debates sobre as condições juvenis em Foz do Iguaçu, promovendo o protagonismo e contribuindo na elaboração ou conquista de espaços e/ou políticas voltadas para as juventudes. Algumas ações resultaram na produção de

⁴ “O conceito de Educomunicação institui um conjunto de práticas voltadas para a formação de espaços educativos, mediados por processos tecnológicos da informação, e tem como objetivo ampliar formas de expressão dos membros das comunidades bem como a melhoria do nível comunicativo das ações educativas, tendo como meta o pleno desenvolvimento da cidadania” (FREITAS, 2015, p. 159).

⁵ I. Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; II. Direito à Educação; III. Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; IV. Direito à Diversidade e à Igualdade; V. Direito à Saúde; VI. Direito à Cultura; VII. Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; VIII. Direito ao Desporto e ao Lazer; IX. Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; X. Direito ao Território e à Mobilidade; XI. Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça (BRASIL, 2013).

conteúdos com a participação em três programas “A Voz da Juventude”⁶, o que favoreceu a aproximação com espaços e organizações que atuam com jovens ou são por eles organizadas, fortalecendo a participação ativa de jovens do projeto como delegados nas Conferências Municipais da Criança e do Adolescente (2022) e da Juventude (2023). A partir de então, os jovens passaram a se engajar de forma efetiva na construção e qualificação de políticas e ações para as juventudes da cidade. Na nossa compreensão, os processos formativos prévios foram fundamentais para tal:

As atividades do Projeto Juventudes e Direitos têm como abordagem metodológica a utilização de oficinas e rodas de conversa, dinâmicas como atividades lúdicas-pedagógicas, análises de músicas, audiovisuais, confecção de cartazes, exposições orais, trabalhos em grupo e posteriormente avaliação participativa das atividades, nas instalações da UNILA e do CEJU e buscaram promover a desconstrução de paradigmas e a democratização das discussões, com o compartilhamento de perspectivas, sonhos e ideias (COLAÇO; ARAIDES, SANDER, 2023, p. 1-2).

Constatamos que o fato de os Projetos dialogarem entre si, com os jovens envolvidos, com a comunidade e com os estudantes extensionistas, buscando criar ou ampliar espaços e metodologias para fortalecer o protagonismo juvenil, tem contribuído significativamente para a formação profissional e cidadã dos jovens participantes.

Em 2023 e 2024, o Projeto contou com duas estagiárias em Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social, o que contribuiu para qualificar as atividades do Projeto como um espaço privilegiado de diálogo, visando uma formação participativa e democrática dos jovens, bem como de futuros profissionais assistentes sociais e, conseqüentemente, com o fortalecimento do projeto ético-político da profissão. Além disso, o projeto também diminuiu a distância dos jovens em relação à Universidade, especialmente a Unila, uma vez que algumas atividades são realizadas na mesma e há uma presença regular de estudantes universitários no CEJU.

Portanto, os Projetos de Extensão têm contribuído nos debates sobre diferentes temas vinculados às juventudes, ao criar uma identidade e apropriação do tema entre os envolvidos no projeto, fortalecendo os jovens como sujeitos e de suas organizações, que pautam a luta pelo acesso aos direitos. Também vêm contribuindo na quebra de preconceitos sociais, culturais e intergeracionais em relação aos jovens, muitas vezes vistos apenas como problema, ao qual a sociedade responde criando mecanismos de repressão de suas ideias, formas de

⁶ Programas de rádio 14, 17 e 22. Disponíveis em: <https://www.cdhmp.com.br/categoria/a-voz-da-juventude/> ou via redes sociais @juventudesdireitos.

expressão cultural e organização. Acreditamos que os projetos têm cumprido aquilo a que se propõem na extensão universitária numa perspectiva libertadora freireana: fortalecer relações dialógicas, nas quais há troca de conhecimentos e a construção de novos conhecimentos de forma horizontalizada, resultando, também, na formação de seres humanos mais dialógicos e democráticos.

2. Formação dialógica e instauração de um *habitus* participativo e democrático através da Extensão

Paulo Freire, no livro *Pedagogia do Oprimido* (1987), é claro ao afirmar que o amor é fundamento do diálogo e, conseqüentemente, “o amor, é também diálogo” (p. 80). Assim, para o autor, o amor é um ato de coragem, “é compromisso com os homens” (p. 80); no caso dos projetos de extensão, é compromisso com os jovens. Logo, “não há diálogo [...] se não há um profundo amor ao mundo e aos homens” (p. 79). Dito isso, fazer extensão com jovens é o reconhecimento destes como sujeitos ativos e, portanto, é preciso estabelecer uma relação dialógica, na qual, a participação é requisito indispensável. A participação também está prevista no Estatuto da Juventude, como um direito, mas é preciso torná-la concreta por intermédio da práxis, da ação-reflexão junto *com* eles. Como indicado acima, a mesma vem sendo alcançada através dos projetos de extensão em questão, tendo sido estabelecida uma formação dialógica, cuja centralidade é a participação e o diálogo *dos* e *com* os jovens envolvidos.

Nas obras freireanas *Pedagogia do Oprimido* (1987), *Extensão ou Comunicação?* (1983) e *Pedagogia da Autonomia* (1996), conseguimos identificar pré-requisitos e referências para relações dialógicas e participativas na perspectiva do desenvolvimento de um processo de humanização. Nelas o autor aponta alguns elementos imprescindíveis para uma formação dialógica, dentre os quais a confiança nos envolvidos, ou seja, o reconhecimento de que os jovens são capazes de lutar pela libertação. Assim, o diálogo e a participação ativa, que visam a uma formação libertadora, só podem ter lugar se as pessoas afetadas, no caso, adolescentes e jovens, estiverem abertas ao futuro e se tiverem confiança e esperança em si próprios e no futuro, de modo a confiarem umas nas outras, confiarem nelas e se sentirem mutuamente comprometidas.

Freire (1987, p. 82) enfatiza que uma das condições para uma relação dialógica, no sentido de um processo de humanização, é a esperança. Ou seja, a participação só é possível se as pessoas envolvidas, sejam elas crianças, adolescentes, jovens ou adultos, têm esperança,

ou melhor, se elas acreditam que a sua participação tem efeito e fará diferença. Por isso, é importante que não vejam o mundo como determinado/fechado, do qual não podem sair, mas como uma situação que apenas os limita e que eles podem transformar. Podem ser pequenos sinais de esperança, mas estes devem transmitir a convicção de que a participação tem sentido, é significativa e através dela algo pode mudar ou ser mudado. Esses sinais de esperança são a base para uma participação ativa e para um processo de participação progressiva. Se as pessoas não estão dispostas a participar, esta pode ser uma expressão do sentimento de impotência em relação à sua história social e à sua biografia. A superação da indiferença e do sentimento de impotência é um dos maiores desafios para os processos de participação, assim como sua existência talvez revele a carência de espaços efetivamente participativos.

Conforme enfatiza Freire (1987), o principal pré-requisito para uma participação ativa que permita um processo de humanização é o próprio diálogo e a comunicação, que cada indivíduo pode e deve realizar através das suas próprias palavras e ações, porque o diálogo é tomado, pelo autor, como sinônimo de um encontro entre as pessoas: “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo” (p. 78). Assim, fazer uso da palavra ou criar um diálogo não é privilégio de algumas pessoas, mas direito de todos. O diálogo se torna possível quando as pessoas cultivam esse direito na prática. Isso não pode e não deve ser realizado por outros. As relações sujeito-objeto devem ser substituídas pelo diálogo e pela interação mútua de sujeitos ativos. Assim, de acordo com Freire, os envolvidos poderão também sonhar e construir o seu próprio futuro, diante das diferentes possibilidades, e não encarar o mundo como determinado uma vez que “o mundo não é. O mundo está sendo” (1996, p. 38 e 39). Por isso, é importante garantir algumas perspectivas e princípios metodológicos para organizar a participação ativa. No nosso modo de ver, é fundamental, para tanto, ter sempre presente que,

ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia. Seria uma contradição se, amoroso, humilde e cheio de fé, o diálogo não provocasse este clima de confiança entre seus sujeitos (Freire, 1987, p. 81).

Dessa forma, resta claro que a formação dialógica ocorre em conjunto e que ninguém aprende sozinho, mas todos aprendem juntos, mediatizados pelo mundo (Freire, 1987). Ou seja, essa união só se realiza mediante ações e reflexões constantes e conjuntas, baseadas na realidade, nos problemas e nos interesses dos envolvidos, promovendo-se uma consciência

crítica capaz de transcender as soluções atuais para os problemas e de contribuir para a formação de uma atitude participativa, que possa ser replicada em outros níveis da sociedade.

A formação dialógica via participação ativa só pode se efetivar através da sua prática. Enquanto a participação existir apenas como um direito formal dos jovens, não poderá ser incorporada nos atores ou na sociedade como um *habitus*⁷. Pois, como sabemos desde Bourdieu, a construção do *habitus* passa pela ação, pelo nosso corpo, já que “a nossa relação com o nosso corpo é uma das dimensões essenciais do nosso *habitus*”. Ou seja, “... todas as influências sociais passam pelo corpo... O corpo é o grande mediador entre o coletivo e o individual. O individual é o coletivo encarnado, é o social incorporado” (Bourdieu, 1992, p. 155). Nos projetos de extensão com jovens, uma vez havendo um envolvimento tanto teórico quanto prático, a construção do *habitus* se estabelece, para além das atividades intencionalmente planejadas para tal, também na relação entre os jovens extensionistas e os jovens participantes do projeto na medida que suas existências muitas vezes são desafiadas a se reposicionar e qualificar. Esse processo formativo se expressa e acontece em formas de comunicação, comportamentos e atitudes que se dão em determinado espaço e num determinado momento. Ou seja, além de conteúdos, é na relação formativa que se ensina e se aprende uma forma de ser, de viver, de se comunicar e agir, instaurando uma nova prática dialógica e participativa, que só se viabiliza na medida em que existem espaços adequados para ser vivenciada. O *habitus*, como experiência incorporada ao nosso ser e estrutura internalizada, é passível de mudança, ou seja, é uma estrutura em vias de reestruturação, uma vez que a experiência acumula saberes, embora tenha uma forte tendência à acomodação, à inércia. Segundo Adams (1999, p. 65) “esta tendência é percebida no fato de os indivíduos mostrarem resistência à mudança ou medo frente ao novo. Sendo necessário receber estímulos externos, rupturas capazes de motivar a mudança do *habitus* individual e coletivo”. Por isso, é crucial que a participação não seja vivida apenas em momentos isolados, mas por um processo contínuo e progressivo de diálogo, pois, caso contrário, um *habitus* participativo tenderá a ser substituído por um *habitus* não participativo. Isso pode, certamente, ser promovido pelo apoio social e pela disponibilização de espaços, bem como por uma organização centrada em atitudes, metodologias e valores democráticos e participativos, que prezem pelo protagonismo dos próprios jovens.

⁷ Conforme Bourdieu, *habitus* é “um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações” (1983, p. 61).

Nos parece que, diante das experiências expostas e apoiadas na teoria do *habitus* de Bourdieu (1983 e 1992) e nas obras de Freire (1983, 1987, 1996), podem ser indicados alguns aspectos e premissas que contribuem significativamente para a formação de atitudes dialógicas e participativas. Assim, as atividades do Projeto de Extensão, através do programa “A Voz da Juventude” e das oficinas junto aos jovens do CEJU, são certamente espaços adequados para o desenvolvimento e a facilitação de ações visando à garantia de direitos orientados para o futuro e para a realização da justiça social. Isso se torna visível, devido ao seu papel especial e à sua função na Universidade e sociedade, como espaços de formação, bem como de socialização nos quais a auto-organização, o diálogo, a participação e a autonomia podem ser experimentados e, também, moldados pelos jovens. Nesse sentido, além de serem espaços de formação e apropriação de informações, também prezam por um *habitus* participativo/dialógico que passa a caracterizar fortemente o modo de atuar na sociedade por parte desses jovens.

No nosso modo de ver, propor, através de projetos de extensão, uma formação dialógica, participativa e democrática de jovens implica viabilizar um *habitus* participativo e, desta forma, um processo que visa engajá-los em atividades e ações que promovam seu desenvolvimento pessoal, social e cidadão, favorecendo a interação entre a Universidade e a comunidade. Nesse intento, o Projeto de Extensão Juventudes e Direitos se tornou um espaço formativo, uma vez que os jovens, em conjunto com a coordenação do projeto, dos bolsistas e dos jovens envolvidos nos projetos identificaram as necessidades, desafios e potencialidades do que consideram importante e necessário debater, conhecer e propor. Assim, todo o processo das ações desenvolvidas é formativo na medida em que é feito de forma conjunta e coletiva, desde o planejamento, a definição de objetivos, os temas a serem abordados e as metodologias de trabalho. Através de uma metodologia dialógica e participativa, pela qual todos têm a oportunidade de contribuir e aprender uns com os outros, capaz de levar os jovens a participarem ativamente e garantir que suas vozes e perspectivas sejam ouvidas e incorporadas, os próprios jovens vão se apropriando dessa e incorporando essa postura metodológica e educativa. Por esses mesmos motivos, também se parte da realidade dos jovens, buscando demonstrar de que forma os conhecimentos podem interferir e beneficiar suas condições de vida, o que leva ao fortalecimento da aprendizagem, mas também promove o senso de pertencimento e responsabilidade social. Nesse projeto, os processos avaliativos são constantes, nos quais os envolvidos refletem sobre as atividades e as metodologias

utilizadas, discutem os resultados e identificam aprendizados. Essa dinâmica é importante para reconhecer conquistas, ajustar estratégias e promover um ciclo contínuo de melhorias e apropriação coletiva de conhecimentos e habilidades.

Os jovens estão ativamente envolvidos nas diferentes etapas e atividades do projeto, tanto os estudantes, quanto os participantes do CEJU. Portanto, são acompanhados, informados e participam nas decisões de modo a se apropriarem conscientemente dos elementos teóricos e práticos empreendidos. Dessa forma, podem experimentar a participação e integrar as experiências na sua vida cotidiana, ou seja, enquanto *habitus*. Como já dito acima, esse processo levou a uma participação clara e objetiva nas Conferências Municipais por parte de vários desses jovens, favorecendo o fortalecimento de redes de apoio através das quais é possível continuar trocando experiências, formando parcerias e colaborando em projetos futuros.

Para Thole (2000), fortalecer a participação dos jovens é importante para que estes tenham espaços de ação nas quais possam experimentar variantes de auto-organização e participação, mas também para que possam aprender como contribuir no desenvolvimento social e em planos que afetam a sua situação atual ou o seu futuro. Através da sua participação ativa, os jovens desenvolvem a capacidade de refletir criticamente e de comparar perspectivas, o que é também fundamental para uma opinião política, crítica, autônoma e consciente. Além disso, a participação dos jovens não é apenas uma forma de despertar mais responsabilidade social e a capacidade de cooperar, mas é também uma forma de desenvolver uma personalidade socialmente saudável (Schroder, 1995), capaz de aceitar e valorizar as diferenças numa perspectiva democrática.

No âmbito dessa concepção de participação, Sander (2001) pôde constatar, através de pesquisa sobre a participação de jovens na Pastoral da Juventude da Igreja Católica, que a participação que se dá de forma processual tem um efeito fortalecedor da consciência social dos envolvidos. Isso significa que, para que a participação contribua para o fortalecimento da consciência social, ela não deve se contentar com oportunidades de participação que acontecem em momentos isolados, mas deve ser concebida como um processo que possibilite uma participação contínua e progressiva. Assim, quanto mais os jovens estiverem integrados em todos os momentos e passos das ações de extensão e quanto mais puderem participar incorporando o *habitus* participativo, mais efetiva e conscientemente se empenharão no

progresso democrático e social, seja nas suas próprias organizações, seja noutros níveis da sociedade e na própria Universidade.

Para que a participação contribua para uma formação de um *habitus* participativo e democrático, a auto-organização e a processualidade são essenciais, ou seja, os jovens devem ser protagonistas em todo o processo e serem desafiados de acordo com as suas habilidades de participar, uma vez que nem todos estão na mesma condição de contribuir e isto não deve ser um problema, já que a participação é processo. Portanto, dialogar, reforçar a participação, bem como o apoio às organizações sociais, às associações juvenis, às escolas, universidades etc., onde esta participação possa ser vivida, aprendida, interiorizada e desenvolvida criativamente, é, crucial para a democratização da sociedade, uma vez que, “as competências democráticas não são aprendidas em eventos pontuais, mas na interação diária” (Knauer; Brandt, 1998, p. 82).

No entanto, vale ressaltar que a promoção da participação mediante uma formação dialógica exige o desenvolvimento de metodologias adequadas que não a reduzam a momentos isolados, mas compreendam a participação como um processo educativo/formativo (Sander, 2008). Nessa perspectiva, acreditamos que os dois projetos de extensão universitária aqui abordados indicam que isso é possível de ser realizado nos processos formativos das universidades, na medida em que projetos de extensão oportunizam esse tipo de espaços e processos formativos.

Considerações finais

O presente artigo se propôs a refletir sobre a contribuição da extensão universitária com jovens como um espaço privilegiado para a formação dialógica, participativa e democrática através da experiência das ações desenvolvidas pelos Projetos de Extensão “Juventudes e Direitos” e “A voz da Juventude”. Ambos os projetos desenvolvem ações com jovens, nas quais eles são protagonistas, uma vez que participam ativamente de todo o processo, favorecendo a constituição de um *habitus* participativo e democrático.

Destaca-se que é pelo diálogo que se estabelece uma relação democrática e participativa. Que a participação se aprende participando e não isoladamente, mas num coletivo, numa ação ou em uma prática e de forma regular e progressiva. Assim, se de fato o *habitus*, em grande medida significa que “o individual é o coletivo incarnado, é o social encarnado” (Bourdieu, 1992, p. 155), então, só espaços de participação e exercícios dialógicos

e democráticos podem formar pessoas dialógicas e democráticas. Ou seja, a participação não pode ser transmitida apenas pelo ensino ou a instrução, mas deve ser experienciada e, portanto, incorporada como um valor e uma atitude, Bourdieu denomina a isso de *habitus*. A perspectiva educativa indicada por Paulo Freire, por sua vez, oferece uma importante contribuição para a formação de um *habitus* tal qual o buscamos. A formação, a construção de um novo *habitus*, portanto, acontece na prática, através da experiência que passa por todos os sentidos: o corpo, o afeto, a mente. Não se aprende apenas recebendo informações, mas pela incorporação de elementos novos que modificam o ser, o agir, as relações. Aprende-se na relação através de práticas solidárias e dialógicas nas quais todos estão em permanente aprendizado, educadores e educandos. Portanto, a participação só pode se desenvolver se os jovens tiverem a oportunidade de experienciá-la, seja na escola, nas organizações juvenis, na universidade.

A extensão universitária é uma grande possibilidade para propor e construir mudanças em todos os envolvidos nas ações, mas, para tanto, é preciso que esta seja dialógica, ou seja, conforme Freire (1983), uma ação que não manipule, não conquiste, não negue, não seja colonizadora, no sentido de impor sua cultura ou conhecimento, se sobrepondo. Através da extensão universitária, especialmente com jovens, podemos sonhar com e ter a esperança de uma universidade democrática, participativa e com os pés na realidade, nas necessidades e demandas do seu território. Podemos ter a esperança de formar jovens cidadãos com um *habitus* participativo e democrático de fato incorporado, que se faça presente e permanente por meio da atuação profissional e cidadã.

Referências

ADAMS, Telmo. **Prática social e formação para a cidadania** - Cáritas do Rio Grande do Sul, desde os anos 70. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Faculdade de Serviço Social/PUCRS, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Réponses** – pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. “Esboço para uma teoria da prática”. In: ORTIZ, Renato (Org.) **“Pierre Bourdieu”**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Lei Federal nº 12.852 de 05 de Agosto de 2013. **Dispõe sobre o Estatuto da Juventude**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

CAMARGO, Felipe G. **Relatório Final do Projeto de Extensão Juventudes e Direitos**. Foz do Iguaçu/PR: UNILA, 2022.

COLAÇO, Joyce A. L.; ARAIDES, Daniel F.; SANDER, Cristiane. Juventudes e Direitos: Participação Juvenil na Extensão Universitária - Relato de Experiência. **IX Simpósio Internacional da Juventude Brasileira (IX JUBRA)**, UFPI, Teresina: Piauí, 29, 30/11 e 01/12/2023.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária** - elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, José Vicente. Educomunicação: contextualizando o processo de atribuição de sentidos e significados no delineamento do conceito. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. São Paulo: UNIFESP, 2015, v. 10, n. 2, p. 149-162. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2072>. Acesso em: 08 out. 2024.

GRACIANI, Maria Estela. Extensão. In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2010. p. 222

JUVENTUDES E DIREITOS. **Canal oficial no YouTube sobre juventudes e direitos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@juventudesdireitos>. Acesso em: 11 dez. 2024-a.

JUVENTUDES E DIREITOS. **Página oficial no Facebook sobre juventudes e direitos**. Disponível em: <https://www.facebook.com/juventudesdireitos?mibextid=LQOJ4d>. Acesso em: 11 dez. 2024-b.

JUVENTUDES E DIREITOS. **Perfil oficial no Instagram sobre juventudes e direitos**. Disponível em: https://www.instagram.com/juventudesdireitos?igsh=ZGdvdGtrdDN4eG5l&utm_source=qr. Acesso em: 11 dez. 2024-c.

KNAUER, Raingard; BRANDT, Petra. **Kinder können mitentscheiden**: Beteiligung von Kindern und Jugendlichen in Kindergarten, Schule und Jugendarbeit. Luchterhand: Berlin, 1998.

NOGUEIRA, Maria das Dores P. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In: FARIA, Dóris Santos (Org.). **Contribuições para a Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS). **Projeto técnico: Centros da Juventude**. Curitiba: SEDS, 2012. Disponível em: https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/ProjetoCentrodaJuventudeRev6_11_2012.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

SANDER, Cristiane; CAMARGO, Felipe G. Juventudes e Direitos: uma perspectiva pedagógica e dialógica para a formação cidadã. **Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00859.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2024.

SANDER, Cristiane. **Partizipation als Bildungsprozess in non-formalen Organisationen des Aufwachsens** – Beobachtungen zu einem vergessenen Zusammenhang anhand der Jugendverbände der Bundesrepublik Deutschland. Kassel: University Press, 2008.

SANDER, Cristiane. **Lideranças democrático-participativas: sua formação na Pastoral da Juventude**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PUCRS. 2001.

SCHRÖDER, Richard. **Kinder reden mit: Beteiligung an Politik, Stadtplanung und Stadtgestaltung**. Weinheim: Beltz, 1995.

SOUZA, Ângela M.; PEREIRA, Noemi F. F. Escrevendo os Caminhos da Extensão Universitária na UNILA. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 6, n. 2, p. 77-85, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/2062/pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

THOLE, Werner. **Kinder- und Jugendarbeit – Eine Einführung**. Weinheim und München: Juventa, 2000.

UNILA/CONSUN. Resolução N° 37, de 07 de dezembro de 2021. **Política de Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana**. Foz do Iguaçu/PR: UNILA, 2021. Disponível em: <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-37-2021-consun-1318>. Acesso em: 05 out. 2024.

UNILA/COSUEN. Resolução N° 1, de 03 de março de 2021. **Regulamenta a Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da UNILA**. Foz do Iguaçu/PR: UNILA, 2021. Disponível em: <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-1-2021-cosuen-1678>. Acesso em: 05 out. 2024.

ZITKOSKI, Jaime J. Diálogo/dialogicidade. In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2010. p.151-152.